



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640046 - SP (2021/0012713-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ROGER AUGUSTO DE CAMPOS CRUZ
ADVOGADO : ROGER AUGUSTO DE CAMPOS CRUZ - SP246533
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NELSON ORLANDO ARENAS MORA (PRESO)
CORRÉU : CLAUDI MARIA MORENO ZAMBRANO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de NELSON ORLANDO ARENAS MORA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2281712-96.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preventivamente segregado pela suposta prática de furto tentado de um aparelho celular (art. 155, § 4º, incisos II e IV, c/c os arts. 29, *caput*, e 61, inciso II, alínea *j*, todos do Código Penal).

Sustenta o impetrante a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação a embasar o decreto preventivo.

Alega que estão preenchidos os requisitos para a concessão da liberdade provisória, ainda que com as medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer a concessão da medida liminar para que a prisão seja substituída por cautelar mais branda.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

No caso, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fl. 156):

"A análise perfunctória da decisão que manteve a prisão preventiva não revela nenhuma irregularidade formal, tendo sido apresentadas justificativas concretas para a segregação cautelar, razão pela qual a reputo como devidamente fundamentada, atendendo perfeitamente ao quanto exigido pelo art. 93, IX, da Constituição Federal.

Outrossim, por meio de um juízo de cognição sumária, característico da via estreita do habeas corpus, é possível verificar a existência de suficiente prova do aspecto material do crime e da autoria atribuída ao paciente, a julgar pelo boletim de

ocorrência (fls. 10/12), pelos termos de depoimentos de fls.03/06 e por auto de exibição e apreensão de fls. 19 e auto de reconhecimento do objeto e de pessoa (20/22) (todas as fls. dos autos de origem). Ademais, o paciente, que está no Brasil há somente 1 ano, já possui um processo em curso pelo mesmo delito, sendo que teve sua liberdade provisória concedida em 13/08/2019, e mesmo assim optou por quebrar a confiança do Estado nele depositada e retornar às vias delitivas, circunstância que demonstra que a manutenção de sua prisão preventiva é necessária para o resguardo da ordem pública e, principalmente, para se evitar a reiteração delitiva, além de resguardo à futura aplicação da lei penal, haja vista que se trata de paciente aparentemente sem vinculação ao distrito da culpa. Até porque, nada impede que com o tratamento benevolente do Estado, o paciente se veja estimulado a prosseguir na senda criminosa, agora tomando mais cuidado para não ser pego (outra vez). Logo, os requisitos da cautelaridade estão a favor da sociedade, não do paciente."

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o acusado.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido. (AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência